



NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

# Folha do IAB

JORNAL DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

Nº 153 - JULHO/AGOSTO - 2019

## GALERIA DOS EX PRESIDENTES



# ‘Não calarão o IAB e a advocacia’

A sessão solene de comemoração dos 176 anos do IAB, no dia 5 de agosto, não foi somente uma noite de homenagens e reconhecimento. Foi também um momento de reafirmar a vocação histórica do Instituto, pautada na defesa intransigente da democracia e da advocacia. A entrega da Medalha Teixeira de Freitas ao ministro Sepúlveda Pertence inspirou discursos que ressaltaram a importância da resistência, no momento em que a polarização e o autoritarismo ganham força no País.

PÁGINAS 4 e 5

■ Representantes institucionais irão integrar nacionalmente o IAB e aproximar associados

PÁGINA 3

■ Barandier afirma no Senado que aumentar o rigor penal é uma fórmula fracassada

PÁGINA 6

■ ENTREVISTA  
Diretor da Defesa do Consumidor de Angola fala da conscientização em seu país

PÁGINA 8



## Mensagem da presidente

**A**o reagir com firmeza aos ataques que têm sido desferidos contra a advocacia, às graves manifestações de desrespeito à democracia, aos flagrantes descumprimentos da Constituição Federal e aos atos de desprezo à relevância da ciência, da educação e da cultura para o desenvolvimento do País, o IAB demonstra, ao completar 176 anos de existência, que continua na vanguarda do Direito e inarredavelmente comprometido com sua missão histórica de defender o estado democrático de direito.

Desde o Império, quando iniciou a sua contribuição para a formação do pensamento constitucional, o Instituto tem atuado incansavelmente por quase dois séculos, em prol do aprimoramento permanente do ordenamento jurídico brasileiro. Atualmente, por meio de brilhantes pareceres elaborados pelas suas comissões temáticas constituídas em diferentes áreas do Direito, o IAB tem intensificado a produção de alternativas à crise vivida no País.

Em tempos sombrios, tristemente marcados pelo menosprezo ao conhecimento, o Instituto, com muito orgulho, continua oferecendo à sociedade e, especialmente, à comunidade jurídica proposituras que não se alicerçam no mero empirismo. O exame das matérias e a construção das ideias jurídicas continuam calcadas no embasamento científico, conforme as nossas mais profundas tradições.

Aliás, homenagear aqueles cujas trajetórias proporcionaram o engrandecimento do Direito e da Justiça é uma tradição no IAB. Na comemoração pelos 176 anos, numa inesquecível sessão solene no plenário histórico, agradecemos o jurista Sepúlveda Pertence com a Medalha Teixeira de Freitas, nossa maior comenda.

Condecorá-lo foi um gesto de reconhecimento à sua grandeza humana e profissional, de forte influência na transformação do Supremo Tribunal Federal (STF), que, sob a sua presidência, começou a se aproximar da sociedade brasileira.

*Rita Cortez*



Da esq. para a dir., Otavio Amaral Calvet, André Fontes, Rita Cortez, Luciano Bandeira, Antonio Laért Vieira Junior e Kátia Tavares

## Posses

Nos meses de julho e agosto, tomaram posse como membros honorários do IAB o desembargador do TJRJ Jessé Torres Pereira Junior; os juízes do TRT/RJ Otavio Amaral Calvet e Mônica de Amorim Torres Brandão; a servidora do Ministério Público do RJ Tatiana Lourenço Emmerich de Souza e o assessor de Órgão Julgador do TJRJ Allen dos Santos Pinto da Silva Filho.

No mesmo período, foram empossados como membros efetivos os advogados Ivone Ferreira Caetano, desembargadora aposentada do TJRJ; Bruno Fernandes Carvalho, Carmela Grüne, Cinthia Polliane Camandaroba da Silva, João Pedro de Saboia Bandeira de Mello Filho, Paulo Roberto Pereira dos Santos Filho, Priscila Neves Maciel Monteiro de Oliveira, Renato Battaglia, Rodrigo Fontoura Assef e Rodrigo Rodrigues de Aguiar.



Jessé Torres Pereira Junior

Em tempos sombrios, tristemente marcados pelo menosprezo ao conhecimento, o Instituto, com muito orgulho, continua oferecendo à sociedade e, especialmente, à comunidade jurídica proposituras que não se alicerçam no mero empirismo

## Expediente

### Diretoria Estatutária

PRESIDENTE: Rita de Cássia Sant'Anna Cortez  
1º VICE-PRESIDENTE: Sérgio Francisco de Aguiar Tostes  
2º VICE-PRESIDENTE: Sydney Limeira Sanches  
3º VICE-PRESIDENTE: Adriana Brasil Guimarães  
SECRETÁRIO-GERAL: Carlos Eduardo de Campos Machado  
DIRETOR-SECRETÁRIO: Antônio Laért Vieira Júnior  
DIRETORA-SECRETÁRIA: Ana Tereza Basilio  
DIRETORA-SECRETÁRIA: Maira Costa Fernandes  
DIRETOR-SECRETÁRIO: Carlos Roberto Schlesinger  
DIRETOR FINANCEIRO: Arnon Velmovitsky  
DIRETOR CULTURAL: Aurélio Wander Bastos  
DIRETOR DE BIBLIOTECA: Carlos Jorge Sampaio Costa  
DIRETOR-ADJUNTO: Eurico de Jesus Teles Neto  
DIRETOR-ADJUNTO: Luiz Felipe Conde

### Acompanhe o IAB nas redes sociais



IABnacional

DIRETORA-ADJUNTA: Kátia Rubinstein Tavares  
DIRETORA-ADJUNTA: Vanusa Murta Agrelli  
ORADOR OFICIAL: José Roberto Batocchio

### DIRETORIA EXECUTIVA

ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO TRABALHISTA: João Theotonio Mendes de Almeida Junior  
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO PENAL: Victória Amália de Sulocki  
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO CÍVEL: André Luís Mançano Marques  
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Aristóteles Atheniense  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Luiz Dilemardo de Castello Cruz  
RELAÇÕES COM O INTERIOR: Jorge Rubem Foleira de Oliveira  
EVENTOS: Lella Pose Sanches  
APOIO ACADÊMICO: Ester Kosovski  
APOIO ÀS COMISSÕES: Adilson Rodrigues Pires

PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO: Hariberto de Miranda Jordão Filho  
COMUNICAÇÃO: Paulo Maltz  
APOIO À ADMISSÃO DE SÓCIOS: Pedro Augusto Guimarães  
PROCURADOR-GERAL: Paulo de Moraes Penalva Santos  
OUIDORIA: Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto  
PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO: Márcia Dinis  
REPRESENTANTE NAS ENTIDADES INTERNACIONAIS: Paulo Lins e Silva  
DIRETOR DE SEDE: BRASÍLIA: Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Av. Marechal Câmara 210, 5º andar - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-080  
Telefax: (21) 2240-3173  
www.iabnacional.org.br | iab@iabnacional.org.br



### Folha do IAB

Publicação bimestral do Instituto dos Advogados Brasileiros

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT 13511)

Redação: Ricardo Gouveia

Projeto gráfico e diagramação: Daniel Tiriba

Fotografia: Arquivo IAB

Impressão: Gráfica Rio DG

Tiragem: 2.100 exemplares



Da esq. para a dir., Ana Paula Araújo de Holanda, Aniello Miranda Aufiero, Francilene Gomes de Brito, Adriana Brasil Guimarães, Rita Cortez, Jorge Folena, Carlos Pessoa de Aquino, Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto, Luciana Barcellos Slosbergas e Leila Pose Sanches

## Institucional

# Representantes nos estados tomam posse no aniversário do Instituto

A comemoração pelos 176 anos do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) incluiu a posse de cinco representantes institucionais, no dia 5 de agosto, na Biblioteca Daniel Aarão Reis. A presidente nacional, Rita Cortez, acompanhada do diretor de Relações com o Interior, Jorge Folena, empossou os advogados Carlos Pessoa de Aquino, Aniello Miranda Aufiero e Luciana Barcellos Slosbergas nos cargos de representantes titulares do IAB, respectivamente, nos estados da Paraíba, do Amazonas e de São Paulo. As advogadas Ana Paula Araújo de Holanda e Francilene Gomes de Brito tomaram posse como representantes institucionais adjuntas

no Estado do Ceará.

De acordo com Jorge Folena, “as representações institucionais são uma forma de integrar nacionalmente o IAB, que fica mais próximo dos seus associados de diversos estados”. Segundo Folena, “uma das metas da presidente para um futuro próximo é fazer com que eles possam participar das sessões plenárias, em tempo real, por meio de videoconferência”.

Também compareceram à posse a 3ª vice-presidente, Adriana Brasil Guimarães; a diretora de Eventos, Leila Pose Sanches, e o ouvidor do IAB, Mario Antonio Dantas de Oliveira Couto.



As representações institucionais são uma forma de integrar nacionalmente o IAB, que fica mais próximo dos seus associados de diversos estados



Jorge Folena

## Consócios elegem o novo Conselho Superior para o biênio 2019/2021

Os consócios do IAB elegeram na Assembleia Geral Eleitoral (AGE) conduzida no plenário histórico pela presidente nacional, Rita Cortez, no dia 3 de julho, a nova composição do Conselho Superior do IAB para o biênio 2019/2021. Ao final da apuração, foram computados 185 votos válidos – 95 votos de membros efetivos que compareceram ao plenário e 90 de residentes em outros estados que enviaram por correspondência a manifestação de apoio à nova formação do colegiado.

“Esta foi uma das mais expressivas participações dos consócios em eleições no IAB nos últimos tempos, conferindo forte legitimidade ao colegiado, integrado também pelos ex-presidentes”, destacou Rita Cortez, ao concluir o escrutínio e, em seguida, dar posse aos eleitos presentes no plenário.

O Conselho Superior é formado pelos ex-presidentes, que são vitalícios, e por 40 membros eleitos para mandato de dois anos. “É uma instância de consultoria e legitimação dos atos de relevância do Instituto”,

definiu a presidente. De acordo com o 1º vice-presidente, Sergio Tostes, “o Conselho é composto por alguns dos mais ilustres integrantes do IAB e atua para garantir a continuidade das grandes contribuições jurídicas da Casa de Montezuma”.

Após depositar o seu voto na urna, Hariberto de Miranda Jordão Filho, membro do Conselho, elogiou “a velocidade institucional ímpar que a presidente Rita Cortez está dando ao IAB”. O também membro Humberto Jansen Machado falou do papel a ser desempenhado pelo Instituto no atual momento vivido pelo País. “Estamos passando por tempos difíceis para a democracia brasileira, e o IAB, que enfrentou a ditadura militar imposta em 1964, precisa se preparar para uma nova ditadura que se aproxima”, alertou.

Para o diretor de Apoio às Comissões e presidente da Comissão de Direito Financeiro e Tributário, Adilson Rodrigues Pires, “como órgão máximo, o Conselho tem por tradição tomar as decisões mais relevantes para os destinos do IAB”.



# 176 anos em defesa da democracia e da ad

“  
Não calarão o IAB  
e a advocacia, que  
se mantêm fortes  
neste momento  
de menosprezo à  
ciência, à cultura  
e à educação. Um  
país sem cultura é  
um país sem alma

”  
Rita Cortez



Da esq. para a dir., Maria Adélia Campello Rodrigues Pereira, Sepúlveda Pertence e Rita Cortez

“O IAB continuará reagindo firmemente aos ataques sistemáticos à advocacia e às ameaças à ordem constitucional”, afirmou a presidente nacional, Rita Cortez, na sessão solene em comemoração aos 176 anos do IAB, realizada na noite de 5 de agosto, no plenário histórico. A sessão foi marcada por pronunciamentos em defesa da democracia e da advocacia. Em seu discurso em homenagem ao aniversário da entidade, o orador oficial do Instituto, José Roberto Batocchio, destacou “a linha de combatividade cívica que a presidente Rita Cortez imprime à contemporânea caminhada desta Casa, atuando

na defesa do Estado constitucional e de liberdades que o IAB ajudou a edificar e a consolidar”.

A comemoração incluiu a entrega da Medalha Teixeira de Freitas, mais importante comenda do Instituto, ao ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence, que foi saudado pelo ministro Luís Roberto Barroso. Após ser condecorado com a honraria, que distingue aqueles que deram contribuição inestimável ao Direito e à Justiça, Sepúlveda Pertence agradeceu a homenagem e falou sobre o momento político no mundo. “Há um incentivo à polarização e uma atração pelo autoritarismo, em número cada vez mais crescen-

te, em diversos países, inclusive no nosso”, disse.

Em seu pronunciamento, a presidente nacional do IAB destacou os posicionamentos recentes da entidade, assumidos publicamente por meio de notas oficiais, moções e pareceres jurídicos. Rita Cortez citou a nota de repúdio aos ataques do presidente da República contra o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. “O Instituto tem se manifestado a respeito de diversos temas de relevância nacional, tendo emitido, por exemplo, parecer contrário ao pacote do Ministério da Justiça destinado a promover o endurecimento penal”, enfatizou.

# da vocacia

A advogada ressaltou, ainda, as manifestações do IAB em defesa das prerrogativas da advocacia, da independência da magistratura, da manutenção do Exame de Ordem e das verbas destinadas à educação. “Não calarão o IAB e a advocacia, que se mantêm fortes neste momento de menosprezo à ciência, à cultura e à educação”, disse Rita Cortez, que complementou: “Um país sem cultura é um país sem alma”.

No plenário histórico lotado estavam os ex-presidentes do IAB Tércio Lins e Silva e Ricardo Cesar Pereira Lira, além de Maria Adélia Campello Rodrigues Pereira, que foi convidada por Rita Cortez a integrar a mesa de honra, representando os ex-presidentes. Também compuseram a mesa Sepúlveda Pertence, Luís Roberto Barroso, José Roberto Batochio, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Sebastião Reis Junior, o decano do Conselho Superior do IAB, Hermano de Villemor Amaral Filho; o diretor-secretário Antonio Laért Vieira Junior e o presidente da OAB/RJ, Luciano Bandeira.

Estavam presentes, ainda, o ex-presidente do STF e ex-ministro da Justiça Nelson Jobim; o presidente do TRT/RJ, desembargador José da Fonseca Martins Junior; os desembargadores do TRF2 André Fontes, Theophilo Antonio Miguel Filho e Vera Lucia Luna; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho do RJ, Fabio Goulart Villela; e os presidentes da Amperj, Ertulei Laureano Matos; da Caarj, Ricardo Menezes; e da Amatra 1, Ronaldo da Silva Callado, entre outras autoridades.

## ‘Servos do Direito’

Em seu discurso, José Roberto Batochio relacionou algumas das contribuições do Instituto, desde a sua fundação, em 1843, para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico do País. “Das entranhas mais profundas do IAB emergiram, em 1855, a Consolidação das Leis Civis do Império, originária da fina e precisa lavra de Teixeira de Freitas, e a criação da OAB, em 1930”, lembrou. Para Batochio, advogados, magistrados e membros do Ministério Público são “servos do Direito e da Justiça” e não podem agir como “justiceiros”.

O criminalista fez críticas à desproteção da ordem constitucional e ao chamado “ativismo judicial”, expressão, segundo ele, utilizada para justificar decisões proferidas à margem do Direito. “Não aceitamos um Judiciário faccioso”, afirmou. Sobre a atual “crise do Judici-



O orador oficial do IAB, José Roberto Batochio

ário”, Batochio falou que ela “está transferindo-se da sempre alegada morosidade nos julgamentos para a negação dos seus fins”. Ainda de acordo com o advogado, “as ofensas à Carta Magna promanam das cortes, que deveriam observá-la e guardá-la”.

Batochio defendeu a união das instituições em prol da democracia. Segundo o orador oficial do IAB, “é necessária a renovação do compromisso de todos com as liberdades, os direitos e as garantias assegurados no texto legislativo de suprema hierarquia”.

## ‘Liderança suave’

Ao assumir a tribuna para saudar o homenageado, o ministro do STF Luís Roberto Barroso, primeiramente, se referiu a Rita Cortez como sua “colega de turma na faculdade e parceira no movimento estudantil, na década de 1970”. Em seguida, ao falar de Sepúlveda Pertence, o ministro destacou “sua simplicidade – uma matéria-prima cada vez menos disponível –, sua enorme inteligência emocional e sua liderança suave, que ajudou a transformar o Supremo”.

Para Luís Roberto Barroso, “a partir de Sepúlveda Pertence, o STF tornou-se uma corte com in-

terlocução com a sociedade e mais proativa na defesa dos direitos fundamentais de grupos historicamente discriminados, como mulheres, negros, indígenas e a comunidade LGBT”.

O ministro também tratou do papel que, em sua opinião, deve ser cumprido pelo Poder Judiciário. Segundo ele, “nem sempre a decisão correta e justa é popular”. De acordo com Barroso, “o Supremo precisa produzir uma decisão contramajoritária, porque a Constituição existe precisamente para proteger valores e direitos contra as paixões eventuais das multidões”.



“É necessária a renovação do compromisso de todos com as liberdades, os direitos e as garantias assegurados no texto legislativo de suprema hierarquia

”  
José Roberto Batochio



# Pacote de Moro repete fórmula fracassada, afirma Barandier no Senado

“As medidas destinadas a promover alterações em 14 leis federais seguem a lógica equivocada de que é preciso aumentar o rigor penal para enfrentar a insegurança pública e tentar reduzir a criminalidade urbana.” A afirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Direito Penal do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Marcio Barandier, no dia 8 de agosto, em Brasília, na audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para discutir o pacote de medidas elaborado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Segundo Marcio Barandier, “é uma fórmula comprovadamente fracassada, que vai resultar numa elevação ainda maior do encarceramento em massa”.

No dia 20 de maio, na sede do Conselho Federal da OAB, em Brasília, a presidente nacional do IAB, Rita Cortez, havia entregado ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, os pareceres produzidos pela Comissão de Direito Penal, rejeitando 17 das 19 medidas enviadas ao Congresso Nacional. No Senado, Barandier lembrou que outras leis geraram a expectativa de redução da violência, mas acabaram frustrando a sociedade. “A Lei dos Crimes Hediondos foi anunciada como um grande freio à criminalidade e teve resultado diametralmente oposto, pois contribuiu decisivamente para o encarceramento em massa e o surgimento de inúmeras facções nas unidades prisionais”, afirmou.



Marcos Oliveira / Agência Senado

Marcio Barandier na audiência pública na CCJ do Senado

O criminalista criticou também a possibilidade, prevista no pacote, de gravação de conversas entre advogados e seus clientes em presídios: “É uma medida inconstitucional, que viola o sigilo profissional e agride o mais elementar dos direitos do cidadão acusado, que é o de estar com o seu advogado, reservadamente”.

“A Lei dos Crimes Hediondos foi anunciada como um grande freio à criminalidade e teve resultado diametralmente oposto, pois contribuiu decisivamente para o encarceramento em massa”

Marcio Barandier

## Economista alerta que reforma da Previdência será ‘o triunfo da barbárie’

Especialista em Previdência Social, a economista Denise Gentil fez palestra no IAB, no dia 7 de agosto, quando lançou seu livro *A política fiscal e a falsa crise da seguridade social brasileira*. “A reforma que tramita no Congresso é a mais draconiana da história do País, com o governo se utilizando, para aprová-la, do falso argumento de que o déficit da Previdência acarreta crescimento da dívida pública”, afirmou a economista. Segundo ela, “a aprovação da PEC 6/2019, que traz um impacto devastador e brutal para os mais pobres, será o triunfo da barbárie”.

A presidente nacional do IAB, Rita Cortez, abriu o evento organizado pela Comissão de Seguri-

dade Social, presidida por Suzani Andrade Ferraro. “Não somos contra a reforma, mas contra o texto da PEC”, destacou Ferraro. Ao tratar da decisão do governo de buscar o ajuste fiscal por meio da reforma, Denise Gentil disse que o aumento da dívida pública está relacionado ao alto pagamento de juros, apontado por ela como o maior gasto do orçamento.

De acordo com a economista, com a aprovação da reforma, há homens e mulheres que irão se aposentar com idades superiores às anunciadas. Para cumprir o tempo mínimo de 20 anos de contribuição – hoje esse tempo é de 15 anos –, muitos homens com a idade mínima de 65 anos terão que

trabalhar por mais do que cinco anos para completá-lo.

“Estudos demonstram que eles só conseguem contribuir, em média, com 5,1 parcelas a cada ano, por conta do desemprego e do trabalho informal”, explicou, acrescentando: “Por isso, terão que trabalhar, na verdade, por mais 11,8 anos para alcançar os 20 anos de contribuição, fazendo com que se aposentem não aos 70, mas aos 76,8 anos”.

Pela mesma razão, disse ela, muitas mulheres com a idade mínima de 62 anos terão que trabalhar por mais 12,8 anos para ampliar de 15 para 20 anos o tempo de contribuição, aposentando-se aos 74,8 anos.

## Pareceres

### Ordem pública



Na sessão ordinária de 10 de julho, o IAB se posicionou contrariamente à decretação de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública e econômica. O plenário aprovou por unanimidade o parecer do relator Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma (*foto*), da Comissão de Direito Penal, favorável ao projeto de lei 7.028/2017, do ex-deputado federal Wadih Damous. O PL altera o art. 312 da Lei 12.403/2011, que modificou o Código de Processo Penal, e exclui a possibilidade de a prisão ser decretada com tal propósito. “A imprecisão da expressão ‘garantia da ordem pública e econômica’ abre um leque de infinitas possibilidades para a decretação da prisão cautelar, contribuindo para o aumento do número de prisões provisórias, que devem ser adotadas em casos excepcionalíssimos”, afirmou Crissiuma.

### TV a cabo

O IAB aprovou por unanimidade, na sessão de 24 de julho, o parecer do relator Sergio Duarte (*foto*), da Comissão de Direito Penal, contrário ao entendimento jurisprudencial, inclusive do STJ, de que o sinal de TV a cabo pode ser equiparado à energia elétrica, para que o responsável por seu desvio seja enquadrado no crime de furto. De acordo com o relator, a inclusão da captação clandestina no furto “afronta o princípio da legalidade, que proíbe o emprego de analogia para criar crimes, fundamentar ou agravar penas”. Para o advogado, que citou posicionamento do STF para embasar o seu parecer, enquanto não houver uma lei específica que preveja punição para o desvio de sinal, a prática se manterá como atípica, do ponto de vista penal.



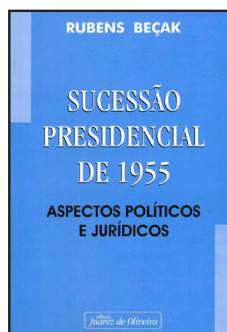
## Estante

Espaço de divulgação de livros doados à Biblioteca Daniel Aarão Reis



OTÁVIO, Chico e TARDÁGUILA, Cristina. *Você foi enganado – mentiras, exageros e contradições dos últimos presidentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

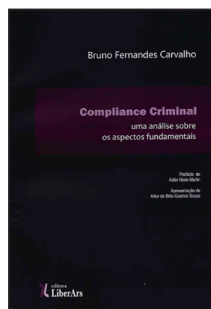
Os jornalistas mostram, por meio de análises de casos emblemáticos, como a mentira serviu de instrumento utilizado por candidatos e governantes para a conquista e a manutenção do poder, aproveitando-se da boa-fé e da memória curta dos eleitores brasileiros.



BEÇAK, Rubens. *Sucessão presidencial de 1955: aspectos políticos e jurídicos*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

O livro é um estudo histórico e constitucional sobre a

Novembrada, como ficou conhecido o evento que levou ao afastamento de dois presidentes da República, em novembro de 1955. O autor faz uma análise dos aspectos políticos e jurídicos daquele período.



CARVALHO, Bruno Fernandes. *Compliance criminal: uma análise sobre os aspectos fundamentais*. São Paulo: LiberArs, 2019.

A obra trata da importância do compliance,

considerado hoje o principal instrumento de prevenção e detecção de irregularidades empresariais, incluídas as infrações penais, além de mostrar a sua evolução histórica, desde as primeiras aplicações nos EUA.

# ‘O consumidor é a saúde econômica de qualquer empresa’



Com a promulgação da Constituição da República de Angola, em 2010, o direito do consumidor passou a ser salvaguardado constitucionalmente e tratado como um direito fundamental

O diretor-geral do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), vinculado ao Ministério do Comércio de Angola, Diógenes de Oliveira, em entrevista à **FOLHA DO IAB**, no dia 30 de agosto, quando visitou a Casa de Montezuma, falou sobre as campanhas de educação dos consumidores angolanos. “Consideramos que as leis não surtem efeitos se os cidadãos não estiverem conscientizados a respeito dos seus direitos e deveres como consumidores, entre os quais o de não adquirir produtos no mercado informal, pois é uma prática que coloca em risco a sua saúde, não lhe dá chance de reclamar os seus direitos e prejudica a arrecadação de receitas”, afirmou o advogado que, por sete anos, presidiu a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (Aadic).

### Qual é o histórico de proteção legal ao consumidor em Angola?

Antes da entrada em vigor, em 2003, da Lei de Defesa do Consumidor, existiam a Lei das Atividades Econômicas e algumas outras legislações, com base nas quais o operador do Direito e entidades atuavam para proteger o direito do consumidor. Com a promulgação da Constituição da República de Angola, em 2010, o direito do consumidor passou a ser salvaguardado constitucionalmente e tratado como um direito fundamental. Mas, antes disso, os aplicadores do direito do consumidor já o faziam valer como tal.

### O empresariado angolano respeita ou resiste às legislações?

É claro que, dentro da sociedade, sempre existem as pessoas de bem, que cumprem o que está estabelecido na lei, e as de má-fé, como fornecedores e comerciantes incumpridores das normas. Mas, de um modo geral, a maioria não cria resistência, até porque, de certa forma, o direito do consumidor ajuda a termos uma melhor relação comercial. Daí a importância do Inadec, que, com liberdade administrativa, financeira e patrimonial, atua na defesa dos interesses dos consumidores angolanos. O consumidor é a saúde econômica de qualquer empresa.

### Qual é a avaliação da população sobre o trabalho do Inadec?

Temos comprometimento com a causa e respeito pelas normas, defendemos o consumidor acerrimamente e buscamos criar um bom ambiente de negócios no nosso País. Começamos um trabalho de sensibilização, educação e formação dos consumidores, pois consideramos que as leis não surtem efeitos se os cidadãos não estiverem conscientizados a respeito dos seus direitos e deveres como consumidores, entre os quais o de não adquirir produtos no mercado informal, pois é uma prática que coloca em risco a sua saúde, não lhe dá chance de reclamar os seus direitos e prejudica a arrecadação de receitas.

### A população recorre com frequência ao Judiciário para garantir os seus direitos?

Sim. Inclusive, o Inadec está trabalhando para que sejam instaladas nos tribunais salas específicas para dirimir conflitos do consumo, como já existe no Brasil. Em Angola, temos salas apenas para a mediação dos casos de direito do trabalho e direito de família.

### Qual é a sua percepção do sistema brasileiro de proteção ao consumidor?

O Brasil deu grandes passos e está mais avançado, pois já tem um código com mais de cem artigos, enquanto nós temos uma lei, com 36. Por isso, estou aqui para colher experiências e contribuir para que Angola, que está numa fase de evolução econômica, também venha a ter o seu Código de Defesa do Consumidor.